



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0011457-24.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **IP, BO - 223/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 1890/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **ELIANA RUBIO DE SOUZA**

Aos 14 de setembro de 2017, às 15:00h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como da ré **ELIANA RUBIO DE SOUZA**, acompanhada da defensora, Dra. Daiane Maria de Arruda Leite, OAB 310423. Iniciados os trabalhos foram inquiridos o representante da vítima, Sr. Jonas Silva Barbosa e a testemunha de acusação Alfredo Franchin Filho, sendo a ré interrogada ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A ré foi denunciada como incurso no artigo 155, § 4º, inciso II, na forma do artigo 71, ambos do Código Penal, uma vez que no período de outubro de 2015 a setembro de 2016, de forma continuada e mediante fraude consistente em adulteração do hidrômetro, subtraiu para si aproximadamente 263 m3 de água da autarquia SAAE. A ação penal é procedente. A subtração de água efetivamente ficou demonstrada. O fiscal do SAAE confirmou que foi até o imóvel e lá constatou que o hidrômetro estava com um arame no centro, artifício já conhecido que impede que o aparelho registre a passagem de água; no caso específico o funcionário confirmou que realmente a água estava passando no cano e abastecendo a casa. O laudo pericial confirmou a adulteração do hidrômetro. O relatório acostado a fls. 50, emitido pelo SAAE, indica claramente a enorme diferença entre o consumo de água antes de outubro de 2015 e o período posterior que se estendeu até setembro de 2016; após esse período a planilha do SAAE registra também um significativo acréscimo no consumo, ou seja, quando já havia sido trocado o hidrômetro após a constatação da fraude. Esta planilha indica o baixíssimo consumo no período indicado na denúncia, bem inferior ao período anterior e posterior, o que denota a subtração. Nesse tipo de delito a prova da autoria deve ocorrer por meio indiciário, mesmo porque dificilmente alguém é flagrado fazendo a adulteração, daí porque o beneficiário, salvo uma prova de situação excepcional, é que deve responder pelo delito. No caso, embora o esposo da acusada tenha tentado demonstrar que aquele hidrômetro serviria a outras casas, percebe-se claramente que esta testemunha apresentou um depoimento bem contraditório. No início ela disse que quando o seu pai faleceu, segundo ele já faz dois anos, foram feitas ligações distintas para outras casas; depois disse que o hidrômetro da sua casa também servia para uma irmã que estava construindo. Este depoimento, é inclusive, de certa forma contrariado pela própria acusada, que disse que o hidrômetro servia a sua casa e que às vezes um vizinho se utilizava de sua água. O funcionário do SAAE, ao ser ouvido, disse que cada chácara tinha um hidrômetro, não apontando qualquer possibilidade de que aquele hidrômetro estivesse abastecendo outras residências. Aliás, a própria ré disse que apenas as vezes um vizinho de utilizava de sua água. À vista deste quadro, ou seja, de que o hidrômetro servia para ligar a casa da acusada e de sua família, a lógica indica que somente os moradores daquela casa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

tinham interesse em adulterar o hidrômetro para pagar menos, posto que eram os únicos beneficiários da marcação inferior que o hidrômetro fraudado tinha aptidão para marcar. No caso, a própria acusada admitiu que era ela quem tinha o controle das contas mensais, e que efetuava o pagamento regularmente. Assim, certamente ela percebeu a drástica redução de consumo, mesmo porque, pelo que se tem nos autos, não se trata de pessoa de baixa instrução. Em sendo a beneficiária do consumo de água e vendo a baixa redução de consumo, este quadro forma um indício de que ela foi a responsável pela adulteração ou participou desta fraude. A subtração ocorreu durante um ano, portanto, justificando o crime continuado, e no caso está presente a figura da fraude, que consistiu na adulteração do hidrômetro para burlar a vigilância que o SAAE tinha quanto à fidelidade entre o registro que estava adulterado e o verdadeiro consumo. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. Como a ré é primária a pena-base poderá ser fixada no mínimo, procedendo-se um aumento na terceira fase da dosimetria em razão da continuidade delitiva. Em razão da primariedade o MP não se opõe que a execução da pena privativa de liberdade seja substituída por “sursis” ou, que ocorra a substituição por pena de prestação de serviços à comunidade, nos termos do artigo 44 do CP.

Dada a palavra À DEFESA: MM. Juiz: A ação não merece procedência. Durante a instrução criminal não foram colhidas provas que autorizem um decreto condenatório. A única coisa que se sabe é a existência de um arame no hidrômetro, sendo que não há nenhuma prova contundente de quem o teria colocado. O fato da ré ser a titular da conta de água e esgoto não é motivo suficiente para ensejar condenação; como já bem demonstrado nos autos e depoimentos, há outras famílias que residem dentro do mesmo sítio, e que inclusive havia terceiros estranhos que trabalhavam no local. Qualquer pessoa pode ter inserido o arame no hidrômetro, não podendo ser imputado à ré a responsabilidade por ato de terceiros; nem mesmo representante do SAAE foi capaz de flagrar o autor do delito. A ré nega a prática do crime; resta, pois, a palavra dela, que em casos tais deve prevalecer face a ausência de outros elementos de convicção, atendendo ao princípio do “in dubio pro reo”. Por outro giro, o SAAE também não suportou qualquer prejuízo; mesmo sendo a ré inocente e possuidora de boa-fé, a fim de evitar maiores problemas, já ressarciu os valores que a vítima considerava devido. Sendo assim, não há nenhum motivo ensejador à condenação da ré. Ante o exposto deve ser a ré absolvida em face da precariedade das provas, aplicando-se o princípio do “in dubio pro reo” e caso assim Vossa Excelência não entenda, deve ser levada em consideração para a aplicação da pena a primariedade da ré e o ressarcimento da vítima, motivo pelo qual desse ser no mínimo legal. Requer, por fim, o direito de recorrer em liberdade. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. ELIANA RUBIO DE SOUZA**, RG 19.362.725, qualificada nos autos, foi denunciada como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, inciso II, na forma do artigo 71, ambos do Código Penal, porque no período aproximado entre 09 de outubro de 2015 e 14 de setembro de 2016, na Rodovia SP-215, altura do KM 146,5, Sítio Santo Antônio, nesta cidade, de maneira continuada, subtraiu para si, mediante emprego de meio fraudulento em seu hidrômetro, aproximadamente 263m³ de água, equivalente a R\$ 927,11, em prejuízo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, autarquia municipal. Segundo se apurou, a ré é moradora do imóvel situado no endereço supramencionado e, consoante afirmado por seu marido, era a responsável pelo pagamento das contas de água e esgoto da casa. No período aproximado no interregno acima mencionado, a denunciada instalou um pedaço de arame no hidrômetro do imóvel, impedindo que o medidor “rodasse” adequadamente, impedindo que o consumo de água fosse registrado no aparelho. Com este estratagem, a acusada logrou subtrair aproximadamente 263m³ de água sem pagar qualquer contraprestação à autarquia vítima, ou, quando muito, fazendo-o em valores incompatíveis com a realidade. Ocorre que, no dia 14 de setembro de 2016, o funcionário do SAAE Jonas Silva Barbosa se dirigiu ao local em tela para realizar vistoria de praxe, oportunidade em que encontrou o hidrômetro do imóvel com o aludido pedaço de arame instalado, impedindo, assim o real registro da água consumida, justificando a sua apreensão. Os



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

documentos, as fotografias e o laudo pericial acostados aos autos confirmaram a fraude levada a cabo pela denunciada, empregada para travar o sistema de registro de água e, assim, subtrair o montante de água acima declinado. Recebida a denúncia (página 66), a ré foi citada (página 74) e respondeu a acusação através de sua defensora (página 77/83). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma representante da vítima e uma testemunha de acusação e a ré foi interrogada. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição da acusada negando a autoria e afirmando a insuficiência de provas. **É o relatório. DECIDO.** Fiscal do Serviço Autônomo de Água de São Carlos esteve no imóvel da ré para fazer vistoria no hidrômetro e nele localizou um arame que comprometia, segundo o funcionário, a marcação do relógio. A prova oral se limita ao depoimento do referido fiscal, que relatou o fato constatado. A perícia feita no hidrômetro é por demais sucinta e até mesmo insuficiente para reconhecer que o expediente utilizado efetivamente comprometia o funcionamento do relógio marcador, porquanto o equipamento foi levado até a perícia e o perito limitou-se a registrar no laudo a existência “de fio inserido no sistema de medição e passagem de água” (fls. 13). Nenhuma observação foi feita pelo perito no sentido de que a situação constatada efetivamente comprometia a medição. Para afirmar a subtração de água por aquele imóvel, a denuncia se baseou no documento fornecido pelo SAAE e que está a fls. 50, o qual encontrou uma média de consumo com base nos registros verificados depois da ocorrência e não pela média anterior, que entendo que seria necessário para apurar a partir de que momento houve a introdução do arame para comprometer a medição. Em casos tais se busca a média a partir de um período bem anterior àquele em que se deu a drástica redução de consumo. A denúncia afirma que a subtração teve início em 09 de outubro de 2015. E não explica qual era o consumo que vinha ocorrendo naquela propriedade antes disso para afirmar que o delito se iniciou em tal data. O caso exigia que o SAAE fornecesse o consumo do local de dois a três anos antes do fato que levou à constatação da fraude. Há referências nos autos que a propriedade era servida por poço caipira e se assim acontecia é aceitável também que o consumo seria o mínimo. A par de tais dúvidas, que não deixam de comprometer a acusação, também existe outra situação que não autoriza a condenação da ré. Esta foi denunciada com base na informação prestada pelo marido da mesma a fls. 64 de que era ela a responsável pelo pagamento da conta de água. Nesta audiência ficou esclarecido que esta era quem efetuava o pagamento no banco ou órgão receptor, mas o dinheiro era fornecido pelo seu marido. Responsabiliza-la por essa situação é temerário, muito embora fosse ela moradora do imóvel. Por que não o marido da ré, que era o dono do imóvel e a rigor o maior responsável. De ver também que o imóvel era derivado de uma propriedade familiar, onde também convivia o sogro da ré que depois do falecimento deste a propriedade está sendo inventariada, a despeito de cada herdeiro ter a sua chácara ou lote. É bem verdade que a colocação de arame em hidrômetro tem a finalidade de comprometer o relógio de marcação do consumo. E o dono ou quem ocupa o imóvel presume que seja o responsável por esta fraude, já que só a ele beneficia. Portanto, é de se presumir que a ré e o marido seriam os principais suspeitos da autoria do fato. Mas para denunciar e responsabilizar alguém por um crime é necessário que a autoria da prática delituosa esteja bem comprovada. Não é possível, como deseja o Dr. Promotor de Justiça, responsabilizar a ré sob o argumento de que por ter acesso à conta e não ser pessoa de baixa instrução, seria a responsável pela adulteração ou que tenha participado dela. Ter conhecimento de um fato delituoso não é suficiente para reconhecer responsabilidade e impor condenação. Se se for reconhecer que a própria existência do fato induz o reconhecimento da autoria, por ele beneficiário quem ocupa o imóvel, fica inexplicável porque o marido da ré não foi denunciado. Poderia muito bem ter sido ele, o que é mais provável, que tenha feito a colocação do arame para fraudar o registro do consumo da água que servia no imóvel. Assim, delibero pronunciar o “non liquet”, quer porque não ficou demonstrado com maior precisão a materialidade e também o período e extensão do furto praticado, porque a

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

média do consumo estabelecido não se baseou em método adequado e com base em dados anterior ao fato, como também pela incerteza da autoria, ou seja, se foi a ré ou o marido que praticou o fato objeto da denúncia. Em caso assim é melhor a absolvição, porque na dúvida, esta deve ser resolvida em prol da acusada. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA e ABSOLVO a ré ELIANA RUBIO DE SOUZA**, com fundamento no artigo 386, VII, do CPP. **Devolva-se o hidrômetro apreendido ao SAAE.** Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, _____ Cassia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei e subscrevi.

MM. JUIZ:

MP:

DEFENSORA:

RÉ: